

HABEAS CORPUS Nº 486.644 - SP (2018/0346075-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANTONIO DONATO
ADVOGADO : ANTÔNIO DONATO - SP045278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON LUIS GONÇALVES (PRESO)
PACIENTE : DIEGO GONÇALVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEFERSON LUIS GONÇALVES e DIEGO GONÇALVES apontando como autoridade coatora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu o pleito emergencial no *writ* originário (HC n. 2267261-37.2018).

Infere-se dos autos que foi decretada a prisão temporária dos pacientes por suposta infração aos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que, como visto, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 208/209).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os pressupostos autorizadores da prisão temporária previstos na Lei n. 7.960/1989, ressaltando que os pacientes possuem residência fixa e ocupação lícita como vendedores autônomos.

Diante disso, requer a revogação da prisão temporária dos pacientes.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 214/217) e prestadas as informações (e-STJ fls. 221/234), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *mandamus* (e-STJ fl. 237).

É o relatório. **Decido.**

Entendo que o presente *mandamus* está prejudicado. Isso

porque, consoante informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem, houve uma alteração superveniente da situação prisional dos pacientes, pois houve a decretação da prisão preventiva dos mesmos.

Portanto, **tem-se agora um novo título judicial a respaldar a prisão cautelar dos pacientes**, o qual ainda não foi submetido ao Tribunal estadual, ficando, assim, superado o interesse na análise do pleito formulado no presente recurso pela alteração fática superveniente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator